

Tribunal vai julgar os responsáveis

Lima — Um tribunal internacional, que julgará os responsáveis pela dívida externa e suas consequências contra a humanidade, será constituído em Lima em uma conferência internacional, de 22 a 24 de setembro, anunciou ontem sua promotora peruana, a Assembléia Nacional Popular (ANP).

A convocação, subscrita pelos parlamentares, intelectuais e operários de esquerda da Europa, Ásia, África e América, tem sua origem em uma conferência internacional de Caracas e na conferência sindical latino-americana de Campinas, celebradas em 1987.

“Este tribunal parte de uma convocatória para avocar-se a dar seu veredito de condenação e de serviço à humanidade sobre a demanda dos povos sobre os responsáveis políticos e financeiros da dívida”, assinalou a ANP, organismo que agrupa os principais partidos e sindicatos da esquerda peruana.

O tribunal julgará as origens da dívida, sua pretendida legitimidade e as responsabilidades do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Comunidade Económica Européia ante os povos do mundo, por suas consequências destrutivas e a política contra a Nicarágua.

Na convocatória para a instalação do tribunal internacional da dívida se assinala que o FMI e o Banco Mundial exigem, dos países endividados, que eles “paguem ao preço da vida do povo” e “sem considerações anunciam o desaparecimento de 30 milhões de africanos daqui até final dos anos 90”.

Com relação aos países da América do Norte e Europa, disseram que “as políticas de austeridade acrescentam o desemprego em detrimento das condições da existência de amplas e majoritárias faixas da população, constituindo-se em um grave atentado contra a legislação do tra-

balho e da segurança social”.

Precisa que o tribunal estará constituído por “personalidades reconhecidas por seu combate em defesa das liberdades e dos direitos do povo”. Uma centena de intelectuais e operários franceses subscreveram a convocatória, assim como dezenas de cidadãos da Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Itália, Polônia, Portugal, Suécia, Suíça, Iugoslávia, Estados Unidos, Senegal, Filipinas e Argélia, entre outros.

No campo latino-americano, encabeçam a relação o mexicano Cahutemoc Cardenas, o ex-vice-presidente equatoriano Leon Roldos Aguilera, o deputado venezuelano Moisés Moleiro e o ex-senador chileno Jorge Lavandero. No Peru, junto à ANP, subscrevem a convocatória os parlamentares da Frente Marxista Esquerda Unida, intelectuais socialistas e os principais sindicatos.